

Numa sociedade marcadamente pautada pela pluralidade (ideológica, política, linguística, étnica, sexual, geracional, religiosa, educacional...), na qual irrompe com inequívoca força o desafio para se (re)construir um *agora* em que todos se sintam iguais, permanecendo diferentes, urge lançarmos olhares críticos, também eles plurais, sobre a Escola (seja qual for o seu nível de ensino), na certeza de que nela encontramos não só um meio e um fim de compreendermos o *Eu* e o *Outro* como a possibilidade de concretização real do estabelecimento de laços interculturais e de diálogos que ajudem à inter/compreensão quer dos indivíduos de *per si* quer da sociedade e que viabilizem o verdadeiro desenvolvimento humano e social.

Rosa Bizarro



Sobre a organizadora da obra

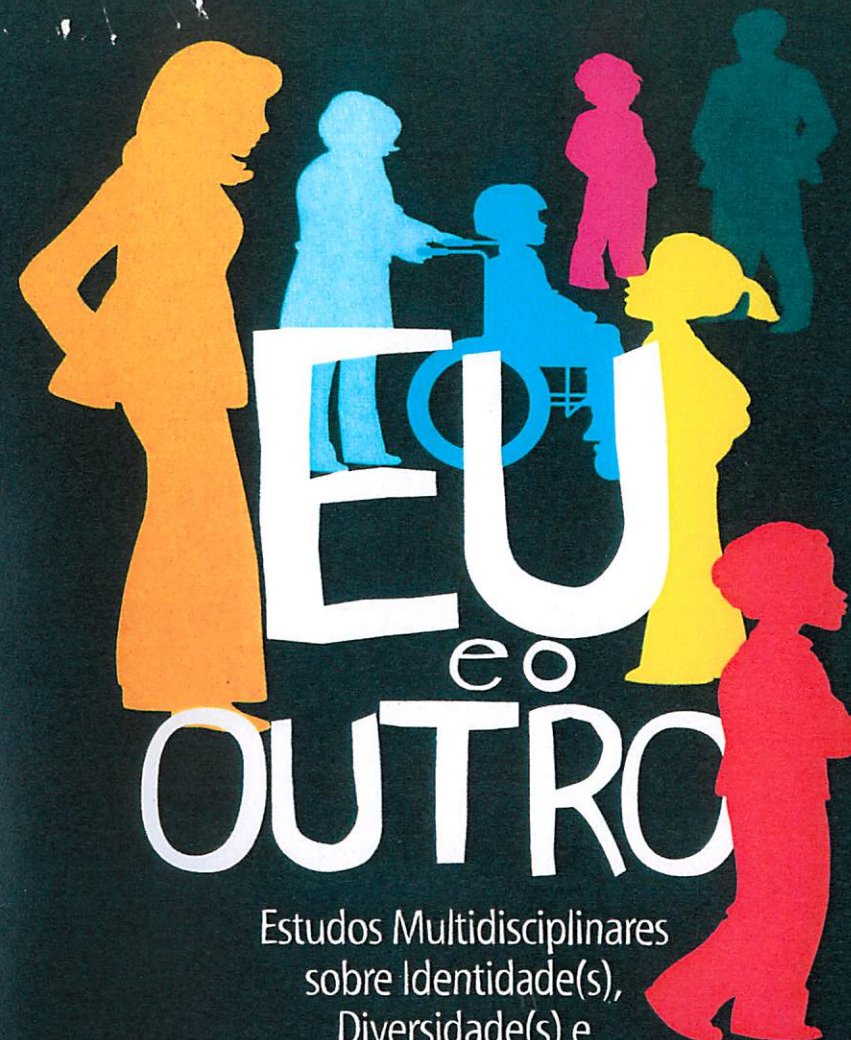
Rosa Bizarro é Doutorada em "Didáctica de Línguas Vivas Estrangeiras" pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Professora Auxiliar na mesma Faculdade, tendo responsabilidades científico-pedagógicas na área de formação inicial, contínua e especializada de professores de Línguas Estrangeiras e Segundas. É, ainda, titular de um "Diplôme d'Études Approfondies" em Literatura e Civilização Francesas, pela Universidade de Haute Bretagne - Rennes 2 (França) e membro investigador do CIEE (Centro de Investigação em Educação), sediado na Universidade do Minho. Tem, igualmente, colaborado como docente, com diferentes universidades nacionais e estrangeiras. Autora de diversas publicações, as suas áreas de investigação privilegiadas são o Ensino de Línguas, a Formação de Professores de Línguas, a Tradução e as questões interculturais ligadas à Educação.



COD.: 01002.10 ISBN 978-972-627-973-0


AREAL
EDITORES


AREAL
EDITORES



EU e o OUTRO

Estudos Multidisciplinares
sobre Identidade(s),
Diversidade(s) e
Práticas Interculturais

ORGANIZAÇÃO | ROSA BIZARRO



www.arenaeditores.pt

Design Areal Editores

Capa Areal Editores

AREAL EDITORES, S.A.
Apartado 5120 - 4456-901 Peralito

AREAL EDITORES
Rua da Torrinha, 228-H, 3.º andar
4050-610 Porto
Tel: 223 393 900 | Fax: 222 005 706
e-mail: areal@arenaeditores.pt

AREAL EDITORES
Serviços Administrativos
DIRECÇÃO COMERCIAL
Rua D. Marcos da Cruz, 1381-1395
4455-482 Peralito
Tel: 229 984 180 | Fax: 229 984 181
e-mail: armazem@arenaeditores.pt

ARMAZÉM
Rua D. Marcos da Cruz, 1381-1395
4455-482 Peralito
Tel: 229 984 180 | Fax: 229 984 181
e-mail: armazem@arenaeditores.pt

AREAL DIDÁCTICO
PORTO
Rua D. Marcos da Cruz, 1381-1395
4455-482 Peralito
Tel: 229 984 180 | Fax: 229 984 181
e-mail: didactico@arenaeditores.pt

LISBOA
Av. Alm. Gago Coutinho, 59 - A
1700-027 Lisboa
Tel: 218 430 925 | Fax: 218 430 926

AREAL PROFESSOR
PORTO
Rua da Torrinha, 254 - Lojas A e B
4050-610 Porto
Tel: 223 393 911 | Fax: 223 393 910
e-mail: int.editorial@arenaeditores.pt

LISBOA
Av. Alm. Gago Coutinho, 59 - A
1700-027 Lisboa
Tel: 218 430 925 | Fax: 218 430 926

Índice

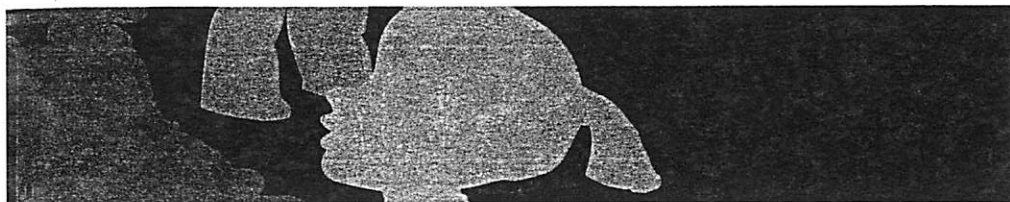
Palavras prévias	7
PARTE A – IDENTIDADE(S), PERTENÇA(S) E (INTER)CULTURA(S)	
Adalberto Dias de Carvalho (UPorto) O outro como eu	12
Alfredo Veiga-Neto (ULBRA/UFRGS – Brasil) & Maura Corcini Lopes (UNISINOS – Brasil) Identidade, cultura e semelhanças de família: as contribuições da virada lingüística	19
Carlinda Leite (UPorto) A atenção ao multiculturalismo na educação escolar, em Portugal	26
Deolinda Ribeiro (ESE Porto) & Maria Alfredo Moreira (UMinho) Onde acaba o Eu e o Outro e começamos Nós... Diários colaborativos de supervisão e construção da identidade profissional	43
Isabel Vaz Ponce de Leão (UFP – Porto) O aluno em pessoa	58
João Teixeira Lopes (UPorto) [Diver]cidade: reflexões sobre os espaços públicos interculturais	63
Laura Ferreira dos Santos (UMinho) As identidades fissuradas: Freud relido por Edward Said	68
Luís Mourão (ESE Viana do Castelo) Corpo a corpo, segundo a moral do vento: Pedro Eiras sobre Gonçalo M. Tavares	73
Maria da Conceição Ramos (UPorto) Diásporas, culturas e coesão social	78
Maria Helena Ançã (UAveiro) "O outro e eu" – jovens cabo-verdianos em Portugal	96
Natércia Pacheco (UPorto) Do Si como Outro aos lugares de confronto do Outro	103
Paula Mota Santos (UFP – Porto) Território, língua e sangue: recursos estratégicos na construção do Eu vs o Outro – uma desconstrução	112

PARTE B – REPRESENTAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DO OUTRO

Álvaro Manuel Machado (UNLisboa) Eu e o Outro – a distância significativa	122
Amílcar Martins (UAberta) Práticas educativas e representações artístico-culturais luso-nipónicas: o caso de Tanegashima no Japão	128
Ana Paula Pedro (UAveiro), Ana Raquel Simões (UAveiro) & Sílvia Melo (UAveiro) “Não estamos tão diferentes”: das representações do Outro às representações das práticas com o Outro. O caso de duas professoras numa associação de imigrantes	137
Fátima Outeirinho (UPorto) Representações do feminino em obras de colecções para senhoras nas primeiras décadas do século XX	152
Gillian Moreira (UAveiro) Becoming the ‘other’; telling the other side of the story	163
Inês Cardoso (UAveiro) & Luísa Álvares Pereira (UAveiro) O Aluno – Sujeito, a escola e a escrita O Eu – Jovem e o Outro – Aluno	174
José Domingues de Almeida (UPorto) Études francophones: le procès du français aux prises avec l’altérité	188
Maria de Fátima Marinho (UPorto) Romance histórico ibérico e a representação do Outro	192
Maria do Nascimento Carneiro (UPorto) “Le je est un autre”: variações sobre o tema do duplo na literatura fantástica	204
Maria Helena Araújo Carreira (UParis VIII – França) Construção discursiva da imagem de Si e do Outro	210
Paula Cristina Pereira (UPorto) O Outro. Por uma antropologia do sentido	216
Rosa Maria Barbosa Chaves (UAveiro) & Gillian Moreira (UAveiro) Représentations de Soi et de l’Autre d’enfants portugais	224
Serge Abramovici (UPorto) Leur identité et la nôtre	235

PARTE C – LINGUAGENS, LÍNGUA(S) E CULTURA(S) EM (INTER)ACÇÃO

Ana Paula Coutinho (UPorto) O “elogio da transmissão” na escola multicultural: uma experiência e suas implicações	240
Clarisse Costa Afonso (UNLisboa), Célia Azevedo (UNLisboa) & Mónica Moreira (UNLisboa) O desenvolvimento da consciência intercultural a partir da didactização do filme alemão “Nirgendwo in Afrika” (Algures em África)	248
Hurrydeo Beefun (ULisboa) Quelques aspects du “moi” et de l’“autre” dans l’enseignement/apprentissage des langues étrangères en ligne	256
João Veloso (UPorto) Variação dialectal e sociolectal na aula de Português Língua Materna. Algumas reflexões e sugestões metodológicas	262
Júlia Maria Freire Rocha (PQND) Educação da criança surda: é urgente um barco bilingue!	269
Lurdes Escaleira (IPMacau/UPorto) & Rosa Bizarro (UPorto) Eu e o Outro no acto de traduzir	273
Maria Antónia Mota (ULisboa) Variedade na sociedade e na escola	281
Maria Ausenda Babo (ESE Porto) Para uma desconstrução dos estereótipos: “112 gripes about the French” (1944-1945)	287
Maria Ellison (UPorto) & Nicolas Hurst (UPorto) Towards appropriate methodology in cross-cultural educational contexts: teaching and learning on the Methodology of English Language Teaching (M.E.L. course at the Faculty of Letters, The University of Porto)	301
Maria Filomena Capucho (UCatólica – Viseu) Eu e o Outro – Línguas e identidades culturais em tempo de globalização	312
Maria Hermínia Amado (UAveiro) ‘Era uma vez...’ ou: aprender o ‘outro’ nos livros de ensino de línguas	323



Maria José dos Reis Grosso (ULisboa) A prática pedagógica na diversidade multicultural	335
Maria Luísa Malato Borralho (UPorto), Ângela Maria Fonseca Viegas (PQND), Jorge Viegas (PQND) Agora tu fazes de conta que eu... A estratégia de <i>r.p.g.</i> na sala de aula	341
Monica Rodríguez Cancio (UVigo) Diversidad cultural y educación intercultural	354
Natália Ramos (UAberta) Interculturalidade, educação e desenvolvimento – o caso das crianças migrantes	367
Orquídea Coelho (UPorto), Maria do Céu Gomes (UPorto) & Eduardo Cabral (UPorto) Surdos e Ouvintes, mais que uma língua em cada língua	376
Paulo Castro Seixas (UFP – Porto) Timor-Leste. A Tradução como Cultura	385
Pedro Eiras (UPorto) Aprendo o que sabia, ensino o que não sei – lendo Maria Gabriela Llansol	392
Rogelio Ponce de León Romeo (UPorto) A componente intercultural na lexicografia hispano-portuguesa: passado, presente e futuro	400
Teresa Corredoira (UPorto) A aprendizagem da Língua estrangeira como um processo de conhecimento real do <i>Outro</i>	408
Breves dados curriculares dos autores	416
Índice de autores	431

Interculturalidade, educação e desenvolvimento – o caso das crianças migrantes

Natália Ramos

Universidade Aberta – Lisboa

Introdução

Na actualidade, as questões da diversidade cultural, da mobilidade das populações e das relações interculturais estão no centro da preocupação da maioria dos Estados e são da maior importância no contexto do mundo globalizado.

Como refere a UNESCO (2001), na *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*, artigo 3: “A diversidade cultural é uma das fontes de desenvolvimento, entendido não só como crescimento económico, mas, também, como meio de acesso a uma existência intelectual, afectiva, moral e espiritual satisfatória”.

Os encontros e as relações interculturais fazem actualmente parte e integrarão cada vez mais os contextos social, económico, político, religioso, escolar, sanitário e mediático.

O pluralismo cultural não pode ignorar a diversidade e as relações entre os diferentes indivíduos e grupos, sejam estes contactos estruturados ou não, cooperativos, conflituosos ou pacíficos.

As problemáticas da diversidade cultural e da interculturalidade implicam um novo reposicionamento metodológico e epistemológico ao nível da investigação e da intervenção, tendo vindo a colocar novos desafios às sociedades e às políticas do século XXI, no que diz respeito à gestão da diversidade cultural, das identidades, dos conflitos, da educação e da comunicação intercultural, às interacções entre o eu e o outro, entre o universal e o singular.

A experiência da alteridade e da diversidade estão, de facto, no cerne da interculturalidade.

O presente texto, através de uma abordagem intercultural, apresenta e analisa diferentes factores que afectam o desenvolvimento, a educação e a integração das crianças migrantes, assim como perspectivas, estratégias e políticas que promovem a interculturalidade e a inclusão, a educação e o desenvolvimento das crianças e das famílias migrantes.

Interculturalidade e Migração – Perspectivas e Indicadores

A abordagem intercultural implica várias constatações, opções e perspectivas das quais, de forma resumida, destacamos nomeadamente:

- uma constatação de ordem sociológica, tendo em conta que a maioria das nossas sociedades são e serão cada vez mais multiculturais;
- uma opção de ordem ideológica, já que a multi/interculturalidade é, potencialmente, uma riqueza para o conjunto da sociedade;

- uma visão estratégica, pois para passar do multiculturalismo ao interculturalismo, torna-se necessário promover a relação entre as culturas, no entanto, sem anular a identidade de cada uma delas;
- uma perspectiva interdisciplinar, na medida em que os objectos do domínio intercultural são objectos complexos, plurais, heterogéneos e pluridimensionais, que não podem ser reduzidos a uma única abordagem disciplinar;
- um processo dinâmico e dialéctico, onde o intercultural implica a tomada de consciência da alteridade e da diversidade, das identidades individuais e colectivas, das interacções entre os indivíduos e os grupos e ainda das relações entre o eu e o outro.;
- uma perspectiva psicossocial e pedagógica, visto que as problemáticas interculturais implicam o desenvolvimento de competências culturais, sociais, pedagógicas, comunicacionais, de competências individuais e de cidadania, que permitam interacções sociais harmoniosas entre os indivíduos e as culturas e que promovam a consciencialização cultural, a comunicação intercultural e o funcionamento democrático das sociedades;
- uma perspectiva sócio-política, dado que o interculturalismo não é somente um objectivo em si, mas é também um instrumento para promover a coesão social, o exercício da cidadania, a igualdade de oportunidades e uma integração adequada dos migrantes e minorias étnico-culturais.

No que diz respeito à migração, o desfasamento crescente entre níveis de desenvolvimento e entre estruturas demográficas de países ricos e pobres e os conflitos políticos e armados têm gerado um número cada vez maior de migrantes e refugiados.

Actualmente, a globalização e a mobilidade das populações aumentaram sem precedentes os contactos entre as culturas, contribuindo, deste modo, para a multiculturalidade das sociedades.

Hoje, uma em cada trinta e cinco pessoas é migrante internacional, o que faz com que as mulheres e os homens do século XXI mantenham múltiplas pertenças e redes transnacionais; desenvolvam novas formas de relações sociais e interculturais e novas práticas de cidadania; tenham conquistado novos direitos, mas conheçam, igualmente, novos conflitos e problemas de comunicação e novas formas de discriminação e de exclusão.

Com efeito, os fluxos migratórios são hoje mais numerosos, mais rápidos e mais diversificados e complexos que no passado, tendo impregnado a vida quotidiana e as relações entre os indivíduos e as culturas, constituindo um importante factor de mudança e uma realidade cultural, política e jurídica ao nível mundial e no Portugal contemporâneo.

De 1990 a 2000 as migrações representaram 89% do crescimento da população na Europa e de 1995 a 2000 representaram 75% do crescimento nos EUA.

Segundo dados das Nações Unidas, o número de migrantes internacionais quase triplicou desde 1970, constatando-se que perto de 200 milhões de pessoas vivem actualmente fora dos seus países de origem, dos quais quase metade são mulheres, verificando-se ainda que cerca de 60 milhões vivem na Europa, 50 milhões na Ásia e 41 milhões na América do Norte.

Em relação à União Europeia, o número de migrantes provenientes de países extra-europeus aumentou 75% desde 1980, vindo colocar enormes desafios sociais e políticos.

Registe-se que também a União Europeia, projecto político envolvendo, até esta data, 27 países e várias centenas de milhões de habitantes com história, cultura e língua diferentes, constitui um grande desafio político, cultural, educacional, comunicacional e, em particular, ao diálogo intercultural.

Portugal, país tradicional de emigração (quase 5 milhões de portugueses estão em diáspora), tem vindo a reforçar o seu carácter de país de imigração, esta representando na actualidade perto de 5% da população residente.

O Instituto Nacional de Estatística (INE, 2005) destacava que, em 2005, residiam legalmente em Portugal, 415 934 cidadãos de origem estrangeira, sendo os seguintes grupos os mais numerosos: cabo-verdianos (67 457); brasileiros (63 654) e ucranianos (43 799).

Este organismo destaca ainda que a população estrangeira legal em Portugal é constituída, essencialmente, por homens (56,8% contra 43,2% de mulheres), estando distribuída, sobretudo, no distrito de Lisboa (48,6%), seguindo-se Faro (13,9%) e Setúbal (9,3%).

Esta população concentra-se, essencialmente, na idade activa (83,1%), representando a população dos 0-14 anos 13,2% e os indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos apenas 3,8% da referida população.

A população imigrante é, na verdade, uma população heterogénea. Contudo, a predominância de baixos níveis de escolarização e de qualificação profissional; a inserção tendencial em sectores onde é mais precária e instável a relação salarial, onde há um grande peso de integração de imigrantes em situação irregular (desprovidos de qualquer sistema de protecção social); a precariedade das condições sociais e habitacionais, assim como o desenraizamento e isolamento social, as dificuldades em compreender e adoptar as normas sócio-culturais do país de acolhimento, os preconceitos e as atitudes de discriminação vêm reforçar a exclusão social e cultural, reduzir as possibilidades de participar na vida colectiva, aumentando as dificuldades de acesso às estruturas de apoio e acentuando os factores de risco, de stresse e vulnerabilidade.

A migração poderá, com efeito, representar uma experiência traumática, possível de originar traumatismos múltiplos e silenciosos.

Família, Criança e Migração

O processo migratório, envolvendo rupturas espaciais e temporais, mudanças psicológicas, físicas, biológicas, sociais, culturais, familiares e políticas, implicando a adaptação do indivíduo e das famílias a uma cultura, língua, regras culturais e de funcionamento diferentes, num novo meio, muitas vezes, hostil, constitui um processo complexo com consequências ao nível da saúde, desenvolvimento, educação e integração do indivíduo migrante, o qual vai exigir mudanças e desenvolvimento de estratégias de adaptação dos vários grupos em presença, migrantes e autóctones.

São, particularmente, as crianças as mais vulneráveis ao stresse, às rupturas, às transformações e dificuldades resultantes do processo migratório.

Se a família se adapta bem à sociedade de acolhimento, as interacções poderão ser dinamizadoras e o processo de aculturação será enriquecedor para todos os membros. Contrariamente, se esta situação é vivenciada problemáticamente, ela será traumatizante para todos, em particular, para a criança, que poderá apresentar uma vulnerabilidade específica e riscos

de disfuncionamento psicológico que podem afectar os processos de desenvolvimento e educação; riscos para a criança migrante que serão mais importantes quando a migração se processa em certos períodos críticos e estruturantes do desenvolvimento, nomeadamente:

- no nascimento e nos primeiros tempos de vida (fase das interações precoces e de grande vulnerabilidade para a mãe e para a criança). A vulnerabilidade do bebé e da mãe poderá exprimir-se por interações desarmoniosas e por uma patologia psicossomática. Também para a criança, a acumulação dos défices psicológico, social e linguístico e a pobreza das aprendizagens pré-escolares poderá influenciar a adaptação escolar posterior;
- no período das grandes aprendizagens escolares (6-10 anos) da leitura, escrita e cálculo, em que a criança se encontra disponível para novas aprendizagens e novos conhecimentos escolares. Nesta fase, a criança é obrigada a separar-se do espaço familiar, do mundo da intimidade e da língua materna, para se inscrever num espaço escolar, num mundo e numa língua estrangeiros. Neste período, uma maior abertura da escola às realidades familiares, sociais e culturais da criança, a valorização da língua materna e da cultura familiar da criança, cultura sobre a qual se vão imprimir os conhecimentos escolares e que permite a construção da auto estima e as aprendizagens, fará diminuir a clivagem entre os universos de pertença da criança, inscrevendo-se numa verdadeira prevenção dos disfuncionamentos cognitivos, linguísticos e psíquicos futuros;
- na adolescência, período de grandes transformações psicofisiológicas e identitárias, de rupturas múltiplas (com a família, a cultura e a sociedade) e de maturação (ao nível da auto afirmação, da conquista de autonomia e da adaptação sexual).

A estruturação psíquica e cultural da criança migrante é construída sobre clivagens e este é um factor determinante de vulnerabilidade. A clivagem entre a cultura de origem e a cultura de acolhimento, entre o mundo de dentro e o mundo de fora e o rápido controlo de um universo duplo, dão a estas crianças e adolescentes uma ilusão de independência em relação às regras comuns, colocando, em certos casos, problemas de identidade, sentimentos de desvalorização e insegurança, dificuldades psicológicas e de integração social; factores, que isolados ou conjugados, poderão reflectir-se na adaptação social e escolar e nos próprios resultados escolares.

Muitas destas crianças e jovens, acumulando insucessos, desinvestem da escola, fecham-se, por vezes, em atitudes anti-sociais, de violência e rejeição e organizam-se em culturas e grupos de resistência, dentro e fora da escola, reproduzindo e aumentando as situações de exclusão social, de stress e vulnerabilidade.

Educação e Migração

O número crescente da população imigrante em Portugal, proveniente de 179 países, de diferentes continentes, mas, como já foi salientado anteriormente, sobretudo de África (PALOP), da América Latina (Brasil) e da Europa de Leste (Ucrânia), faz com que a sociedade e as diferentes instâncias sociais, particularmente a escola, sejam confrontadas com uma grande heterogeneidade linguística e cultural dos seus alunos, o que exige a adopção de estratégias e políticas adequadas para fazer face a esta nova realidade social, cultural e escolar.

Segundo o Ministério da Educação, no ano lectivo de 2003/2004, estavam inscritas nas escolas portuguesas 81 470 crianças de origem estrangeira, a grande maioria destes alunos imigrantes concentrando-se nas escolas de Lisboa e Vale do Tejo, essencialmente ao nível do ensino básico, em particular, no 1.º ciclo.

Dados recentes do Ministério da Educação (2006) destacam que a Escola Básica António Sérgio no Cacém é o estabelecimento de ensino com maior diversidade linguística e cultural na área metropolitana de Lisboa, recebendo crianças provenientes de 17 nacionalidades. No conjunto das escolas com maior número de crianças de origem estrangeira, seguem-se a Escola Básica do 1.º ciclo de Odivelas (n.º 1) com 16 nacionalidades e a Escola Básica do 1.º ciclo Aqualva (n.º 3), em Sintra, com 14 nacionalidades.

Dados igualmente do Ministério da Educação salientam que, no ano lectivo de 1999/2000, perto de 6,7% dos alunos matriculados no ensino pré-escolar, básico e secundário pertenciam a uma enorme diversidade de nacionalidades que não a portuguesa, sendo que os alunos originários dos países lusófonos constituíam 45% desse número, seguindo-se os ex-emigrantes (21%) e a União Europeia (15%).

Em Portugal, ao nível institucional, para fazer face à diversidade cultural e linguística, várias medidas têm sido promovidas desde o início dos anos 90, sobretudo no sistema escolar, nomeadamente:

- criação, em 1991, do Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural (Entre Culturas), promovido pelo Ministério da Educação (tendo passado em 2004 para a tutela do ACIME), com o objectivo de preparar a escola da diversidade cultural e da sociedade multicultural;
- criação, em 1995, do Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, que passou, em 2002, a Alto Comissariado, com um Observatório da Imigração e a produção de estudos nesta área;
- criação, em 1998, dos "Mediadores Sócio-Culturais", tendo como particular tarefa, exercer a articulação entre a escola, as famílias e a comunidade de origem dos jovens, nomeadamente de minorias étnicas como os ciganos;
- criação, em 1996, de "Territórios Educativos de Intervenção Prioritária", a fim de combater a exclusão social e escolar, assegurando a todas as crianças o efectivo direito ao ensino;
- lançamento, em 1998, do projecto "Pelas Minorias", inserido no Programa Cidades Digitais, na luta contra a info exclusão, pretendendo, também, contribuir para o reforço da identidade cultural das populações envolvidas;
- criação, em 2004/2005, do "Plano de Português Língua não Materna", envolvendo apoio escolar individualizado para o melhoramento das competências na língua portuguesa para aqueles que têm o Português como segunda língua;
- promulgação do despacho normativo (n.º 7/2006, de 6 de Fevereiro) do Ministério da Educação, o qual constitui "um desafio às escolas" para que criem condições sociais e pedagógico-didácticas, as quais promovam a integração dos alunos estrangeiros e facilitem o acesso destes a todas as áreas do saber.

Em relação à União Europeia (UE), o relatório *Eurydice* (2004) intitulado *Integration immigrant children into schools in Europe*, sublinha que a legislação actual na UE visa assegurar que os filhos de imigrantes tenham acesso à educação nas mesmas condições que os nacionais de qualquer país membro da UE.

Também, no que diz respeito à educação das crianças migrantes, o Conselho da Europa, recomenda aos Estados dos países de imigração que facilitem o ensino da língua nacional e avancem no sentido de lhes permitir a aprendizagem da sua língua materna.

Apesar destas medidas, apesar da redução significativa do abandono escolar, na Europa e em Portugal, e do acesso à educação ser reconhecido como um direito fundamental para todos e independentemente da sua nacionalidade e situação legal, há ainda um número importante de abandono e insucesso escolar, nomeadamente, em Portugal.

Sobre as taxas de insucesso escolar no 1.º ciclo do ensino básico das crianças migrantes e autóctones em Portugal, entre os anos lectivos de 1992/93 e 1997/98, os dados deste Ministério mostram que as taxas médias de reprovação dos alunos de origem africana, sobretudo cabo-verdiana, foram mais altas do que a dos alunos autóctones, variando entre 20% e 26%, enquanto que as taxas de reprovação das crianças autóctones variaram entre os 12% e os 14%.

Em relação ao abandono escolar, este estudo revela uma expressão importante no caso dos jovens europeus de leste, em especial, dos romenos e moldavos e das crianças e jovens de etnia cigana.

Também um estudo do Ministério da Educação salienta que, no ano lectivo de 2001/2002, foram, sobretudo, os alunos de línguas maternas como o russo, o ucraniano e o mandarim que registaram maiores dificuldades no domínio da língua portuguesa, tendo as crianças brasileiras encontrado também dificuldades.

Estudos internacionais e nacionais, relativos à adaptação e sucesso escolar das crianças migrantes, registam problemas de abandono e insucesso escolar neste grupo, situação que deriva de múltiplos factores. Com efeito, a esta problemática estão associados factores linguísticos, culturais e psicológicos, sendo, igualmente, determinantes a precariedade e a exclusão social e cultural em que vive uma grande parte da população migrante, nomeadamente, as crianças.

O insucesso escolar representa um risco acrescido para a criança e adolescente e tem consequências psicológicas importantes nas crianças e nas representações que as próprias famílias têm sobre si mesmas, sobre os seus filhos e sobre a própria escola, implicando igualmente a marginalização das crianças e jovens, já que estes são excluídos dos circuitos de apropriação dos saberes ou, pelo menos, daqueles que são mais valorizados nas sociedades industrializadas, como é o caso da educação formal, da escolarização.

Com efeito, é a escola que, na sociedade moderna, constitui a instituição educativa e de socialização, por excelência.

A escola, enquanto espaço de convivência de diferentes culturas e de aprendizagem, constitui um desafio à educação e ao desenvolvimento integral de todas as crianças e jovens, migrantes ou autóctones, constituindo igualmente um factor de integração, de coesão e de enriquecimento pessoal e social.

A educação oferece às crianças a oportunidade de adquirirem capacitação e auto-confiança, à medida que obtêm uma diversidade de conhecimentos, aptidões, atitudes e valores funda-

mentais para negociarem igualdade de oportunidades na sociedade e desenvolverem práticas de cidadania.

A escola constitui também para a família migrante um espaço importante de contacto e integração na sociedade de acolhimento e desempenha um papel fundamental para a criança e sua família. As famílias depositam, em geral, na escola (a qual muitas, não conheceram, nem frequentaram) as esperanças e o êxito social não concretizados no país de origem, expectativas que a escola não está, muitas vezes, em condições de oferecer.

Pelo seu êxito na escola, a criança poderá legitimar, em parte, a decisão migratória, justificar o abandono da pátria de origem, os sacrifícios e os sofrimentos suportados ou, pelo contrário, o insucesso poderá culpabilizar os pais acentuando o insucesso do projecto migratório.

Todavia, a escola, instituição em que os pais imigrantes depositam confiança, esperança e que consideram uma via para uma profissão e êxito social dos seus filhos, não consegue responder a estas expectativas, aparecendo, frequentemente, como elemento de exclusão, de reprodução de estereótipos e preconceitos, de insucesso e de desigualdades, não proporcionando, assim, uma efectiva igualdade de oportunidades para os diferentes grupos étnico-culturais aí presentes. Estas desigualdades devem-se não só à própria herança individual, cultural e social dos alunos, mas também ao próprio sistema organizacional e curricular, à formação e expectativas dos professores e à cultura dominante na escola.

A introdução na escola de estratégias e intervenções educativo/pedagógicas e curriculares multi/interculturais, disposições contra a discriminação, formação adequada dos professores, metodologias e práticas adequadas às necessidades individuais das crianças e uma melhor comunicação entre a escola, a família e a sociedade poderão desempenhar um papel importante na prevenção do insucesso escolar e das patologias que podem estar na origem e ainda na promoção da auto estima e bem-estar das crianças e das famílias migrantes.

Para a criança migrante, vínculos sólidos, estáveis e gratificantes estabelecidos precocemente, a valorização das tradições e valores familiares e culturais, a língua materna são elementos que a inserem numa filiação, lhe asseguram uma identidade individual e colectiva, lhe conferem um sentimento de pertença; elementos particularmente importantes em momentos de ruptura e de adaptação que a ajudam não só a ultrapassar as perdas que o processo migratório implica, fortalecendo a capacidade de elaborar as mudanças que este processo envolve, mas também de se enriquecer com elas. Com efeito, apesar das rupturas e vulnerabilidades inerentes à migração, muitas crianças apresentam comportamentos resilientes e conseguem ultrapassar o risco e as dificuldades a que são submetidas, constatando-se que aquelas que as ultrapassam, retiram um benefício suplementar ao nível da auto confiança e da auto-afirmação.

Considerações finais

O processo migratório constitui um processo capaz de provocar a inadaptação, o disfuncionamento, mas igualmente capaz de favorecer o desenvolvimento, o dinamismo e a criatividade dos indivíduos e dos grupos.

As modalidades de inclusão das crianças migrantes na sociedade e na escola reflectem os modos de inclusão das famílias e dos adultos que as educam e os processos de socialização,

sendo igualmente determinantes as representações, atitudes e políticas interculturais e de integração da sociedade de acolhimento e da própria escola.

As problemáticas do domínio intercultural exigem competências de cariz psicológico, social, cultural, pedagógico e comunicacional, baseadas na experiência da alteridade e da diversidade, no equilíbrio entre o universal e o singular. Estas questões implicam o desenvolvimento, não só de competências individuais que permitam interações sociais harmoniosas entre os indivíduos e as culturas, mas, igualmente, o desenvolvimento de competências de cidadania, que tornem possível o funcionamento democrático das sociedades.

Uma sociedade multi/intercultural e um mundo globalmente interdependente necessitam de uma nova abordagem de cidadania para as populações autóctones e migrantes, que incorpore a dinâmica da mudança, da diversidade cultural e os princípios fundamentais dos direitos humanos, em estratégias e políticas que promovam o desenvolvimento humano, a educação, a igualdade de oportunidades, a inclusão e o pleno acesso à cidadania de todos os indivíduos.

Estes objectivos estão no centro das preocupações da Comissão Europeia, a qual designou 2007 como o “Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos”, como parte de um esforço concertado que visa promover a não discriminação na União Europeia, favorecer o debate sobre as formas de aumentar a participação de grupos sub representados ou em exclusão na sociedade, acolher a diversidade cultural e promover, em suma, uma sociedade mais justa, coesa e solidária.

Como destaca a UNESCO (2001) na *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*, art. 2: “Em sociedades cada vez mais diversificadas, torna-se indispensável garantir uma interacção harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais plurais, variadas e dinâmicas, assim como, a sua vontade de conviver. As políticas que favoreçam a inclusão e a participação de todos os cidadãos, garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz”.

Referências bibliográficas

- ABDALHAH-PRETCEILLE, M. (1986). *Vers une pédagogie interculturelle*. Paris: Pub. De la Sorbonne.
- ANTHONY, E., Chiland, C., Koupernick, C. (1982). *L'enfant dans sa famille. L'enfant vulnérable*. Paris: PUF.
- AUBERT, F., Tripier, M., Vourch, F. (1997) (dir) *Jeunes issues de l'immigration. De l'école à l'emploi*. Paris: L'Harmattan.
- BANKS, J., Banks, C. (1995). *Handbook of research on multicultural education*. New York: Macmillan.
- BERNSTEIN, B. (1997). *Class, codes and control*. London: Routledge and Kegan Paul.
- BERRY, J., Poortinga, Y., Segall, M., Dasen, P. (1992). *Cross cultural psychology: Research and applications*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BLOT, D. (1993). Problèmes posés par la scolarisation des enfants de migrants. In OCDE, *Migrations Internationales: le tournant*. Paris, 275-283.
- BOCQUET, J. (1994). *La scolarisation des enfants d'immigrés*. Rapport au Conseil Economique et Social, 2-18.
- BOURDIEU, P., Passeron J. (1970). *La reproduction*. Paris: Minuit.
- BRONFENBRENNER, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Cambridge: Harvard University Press.
- CLANET, C. (1985). *L'interculturel. Introduction aux approches interculturelles en sciences humaines*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail.
- CONSELHO DA EUROPA (2000). *Diversity and cohesion: new challenges for the integration of immigrants and minorities* Estrasburgo: Pub. do Conselho da Europa.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2000). *Educação intercultural e cidadania europeia*. Lisboa: Ed. do C.N.E., M. da Educação.
- GARBARINO, J. (1992). *Children and families in the social environment*. New York: Aldine de Gruyter.
- KALEKIN-FISHMAN, D., Pitkanen, P., Verma, G. (2002). *Education and immigration: settlement policies and current challenges*. London: Routledge Falmer.
- LABAT, G., Vermes, A. (1994) (eds). *Cultures ouvertes. Sociétés Interculturelles*. Paris: L'Harmattan.
- LAVALLE, F., Ouellet, F. (1991) (eds). *Identité, culture et changement social*. Paris: L'Harmattan.
- LYNCH, J. (1986). *Multicultural education: principles and practice*. London: Routledge and Kegan Paul.
- MEURET, D., Morlaix, S. (2006). L'influence de l'origine sociale sur les performances scolaires: par où passe-t-elle? *Revue Française de Sociologie*, (47,1), 49-79.
- OUANE, A. (1995). *Vers une culture multilingue de l'éducation*. Hambourg: UNESCO.
- OUELLET, F. (1991). *L'éducation interculturelle. Essai sur le contenu de la formation des maîtres*. Paris: L'Harmattan.
- RAMOS, M.C.P. (2004). Nouvelles dynamiques migratoires au Portugal et processus d'intégration. *Revue Française des Affaires Sociales*, 2, 111-144.
- RAMOS, M.C.P. (2006). Dual citizenship, governance and education: the situation in Portugal. In D. Kalekin-Fishman, P. Pitkanen (eds). *Dual citizenship as a challenge to European Nation-States*. Rotterdam: Sense Publishers, 171-211.
- RAMOS, N. (1993). *Maternage en milieu portugais autochtone et immigré. De la tradition à la modernité. Une étude ethnopsychologique*. Tese de Doutoramento em Psicologia. Paris V: Universidade René Descartes, Sorbonne, I e II vol.
- RAMOS, N. (1999). Saúde e multiculturalidade. A criança em contexto migratório. In *IX Congresso Internacional: Saúde comunitária e exclusão social*. Lisboa, 24 e 25 Nov.
- RAMOS, N. (2001). Comunicação, cultura e interculturalidade: Para uma comunicação intercultural. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, (35, 2), 155-178.
- RAMOS, N. (2002). Communication, éducation et interculturalité. Vers une éducation à la tolérance. *Diálogos*, 5, 68-75.
- RAMOS, N. (2002). Educação, saúde e culturas. Novas perspectivas de investigação e intervenção na infância. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, (36, 1,2,3), 463-487.
- RAMOS, N. (2003). *Interculturalité, communication et éducation*. Bucareste: Ed. Melina Press
- RAMOS, N. (2004). *Psicologia Clínica e da Saúde*. Lisboa: Universidade Aberta.
- RAMOS, N. (2005). Famílias e crianças em contexto de pobreza e exclusão – do desenvolvimento à saúde e à educação. *Psychologica*, 38, 241-263.
- RAMOS, N. (2006). Migração, aculturação, stresse e saúde. Perspectivas de investigação e de intervenção. *Psychologica*, 41, 329-350.
- RAZKALLAH, N., Epelboin, A. (1997). *Chroniques du saturnisme infantile – 1989-1994. Enquête ethnologique auprès des familles parisiennes originaires du Sénégal et du Mali*. Paris: L'Harmattan.
- RICHARD, J. (2004). *Partir ou rester? Destinée des jeunes issues de l'immigration*. Paris: PUF.
- TODOROV, T. (1988). *Nous et les autres*. Paris: Seuil.
- TRIBALAT, M. (1995). *Faire France. Une enquête sur les immigrés et leurs enfants*. Paris: La Découverte.
- WIEVIORKA, M. (1996) (dir.) *Une société fragmentée. Le multiculturalisme en débat*. Paris: La Découverte.